

STJ00115605

Wagner Pechi

IPVA

**À Luz da Constituição
e da Lei Paulista**

Curitiba
Juruá Editora
2022

Visite nossos *sites* na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: *editora@jurua.com.br*

1250980

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-85-362-9770-5

JURUÁ
EDITORA

Brasil – R. Flávio Dallegre, 7.665 – São Lourenço – Fone: (41) 4009-3900 –
CEP: 82.210-310 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial Euro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: Luiz Augusto de Oliveira Junior

Pechi, Wagner

P365 IPVA: à luz da constituição e da lei paulista /
Wagner Pechi – Curitiba: Juruá, 2022.
220 p.; 21cm

1. Imposto sobre a propriedade de veículos automotores – São Paulo (Estado). 2. Impostos – Arrecadação – São Paulo (Estado). I. Título.

CDD 343.043 (22.ed)
CDU 336.2

00034

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	HISTÓRICO	23
3	O IPVA NAS CONSTITUIÇÕES ANTERIOR E ATUAL	25
4	DA REGRA-MATRIZ DO IPVA	33
4.1	DO CRITÉRIO MATERIAL DA HIPÓTESE	33
4.2	DO CRITÉRIO TEMPORAL DA HIPÓTESE	34
4.3	DO CRITÉRIO ESPACIAL DA HIPÓTESE.....	40
4.4	DO CRITÉRIO PESSOAL DO CONSEQUENTE	53
	4.4.1 Sujeito Ativo.....	53
	4.4.2 Sujeito Passivo.....	53
4.5	DO CRITÉRIO QUANTITATIVO DO CONSEQUENTE.....	54
	4.5.1 Da Base de Cálculo do Imposto	55
	4.5.2 Das Alíquotas	63
	4.5.3 Do Cálculo do Imposto.....	70
4.6	CONSTRUÇÃO DA REGRA-MATRIZ DO IPVA A PARTIR DA LEI	70
4.7	CONSTRUÇÃO DA REGRA-MATRIZ DO IPVA PARA CASO TÍPICO.....	72
5	DA RESPONSABILIDADE PELO PAGAMENTO DO IPVA	75
5.1	DA SUJEIÇÃO PASSIVA: CONSIDERAÇÕES GERAIS	75
5.2	DAS HIPÓTESES DE RESPONSABILIDADE NO IPVA PAULISTA	82
6	DAS IMUNIDADES	101
7	DAS ISENÇÕES	103
7.1	NATUREZA TRIBUTÁRIA DA ISENÇÃO.....	105
7.2	ISENÇÕES FISCAIS EM FACE DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA	106
7.3	ISENÇÕES PREVISTAS NA LEI DO IPVA	108

7.4	ISENÇÕES QUE DEVEM SER REQUERIDAS PELO INTERESSADO	122
7.5	ISENÇÕES CONCEDIDAS INDEVIDAMENTE.....	125
8	DA DISPENSA DE PAGAMENTO DO IMPOSTO.....	129
8.1	DISPENSA A PARTIR DO MÊS DE OCORRÊNCIA DO EVENTO QUE LHE DÁ CAUSA	129
8.2	DISPENSA A PARTIR DO EXERCÍCIO SEGUINTE AO DE OCORRÊNCIA DO EVENTO QUE LHE DÁ CAUSA.....	131
8.3	DISPENSA DE PAGAMENTO DO IPVA DE VEÍCULO DE PROPRIEDADE DE EMPRESA LOCADORA	136
8.4	PERDA DA DISPENSA DE PAGAMENTO DO IPVA	137
8.5	USO DE “RADARES INTELIGENTES” NA RECUPERAÇÃO DE VEÍCULOS FURTADOS OU ROUBADOS	138
9	DO LANÇAMENTO DO IMPOSTO.....	139
9.1	TERMO INICIAL DO PRAZO DE DECADÊNCIA.....	144
9.2	TERMO INICIAL DO PRAZO DE PRESCRIÇÃO	146
9.3	LANÇAMENTO POR NOTIFICAÇÃO	147
9.4	IMPUTAÇÃO DE PAGAMENTO INSUFICIENTE DO DÉBITO TRIBUTÁRIO.....	149
9.5	NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO	150
9.6	CONTESTAÇÃO AO LANÇAMENTO.....	151
9.7	RECURSO DA DECISÃO QUE JULGOU PROCEDENTE OU PARCIALMENTE PROCEDENTE O LANÇAMENTO..	152
9.8	AUTO DE INFRAÇÃO E IMPOSIÇÃO DE MULTA	152
9.9	EXIGÊNCIA DA MULTA DE MORA DESDE A VIGÊNCIA DA LEI 6.606/1989	153
9.10	REVISÃO DO LANÇAMENTO.....	155
10	DO RECOLHIMENTO DO IMPOSTO	161
11	DOS ACRÉSCIMOS MORATÓRIOS	171
11.1	MULTA DE MORA	171
11.2	JUROS MORATÓRIOS	172
11.3	IMPOSTO PAGO ESPONTANEAMENTE PELO SUJEITO PASSIVO.....	174
12	DO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO IPVA.....	175
12.1	INFORMAÇÕES SOBRE O CONTRIBUINTE PRESTADAS POR TERCEIROS	175
12.2	MANUTENÇÃO DO CADASTRO PELA SECRETARIA DA FAZENDA	177
12.3	SOBRE A IMPLANTAÇÃO E A MANUTENÇÃO DO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO IPVA	178

13	DAS MULTAS POR INFRAÇÃO À LEGISLAÇÃO DO IMPOSTO	179
13.1	FRAUDAR O RECOLHIMENTO DO IMPOSTO	179
13.2	NÃO EXIBIR DOCUMENTO EXIGIDO PELO FISCO	180
13.3	NÃO PRESTAR INFORMAÇÕES OU PRESTÁ-LAS DE FORMA INEXATA OU INCOMPLETA	180
13.4	AGIR DE MODO QUE SE REDUZA OU SE SUPRIMA IMPOSTO DEVIDO POR TERCEIRO	180
13.5	NÃO FORNECER DOCUMENTOS OU INFORMAÇÕES NECESSÁRIOS À INSCRIÇÃO OU ALTERAÇÃO NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO IPVA	181
13.6	INDUZIR O FISCO A PROCEDER À INSCRIÇÃO OU ALTERAÇÃO INDEVIDAS NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO IPVA	181
13.7	DESCUMPRIR A OBRIGAÇÃO PREVISTA NO ART. 33	182
13.8	PRÁTICA DE INFRAÇÃO À LEGISLAÇÃO DO IMPOSTO SEM PENALIDADE ESPECÍFICA	182
13.9	EXIGÊNCIA DO IMPOSTO	183
13.10	CONCURSO DE INFRAÇÕES	183
13.11	MULTAS BASEADAS EM UFESP	184
13.12	APREENSÃO DO VEÍCULO	184
14	DA REPARTIÇÃO DA RECEITA E DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO	185
14.1	REPARTIÇÃO DA RECEITA	185
14.2	PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO	186
14.3	DEFESA OU CONTESTAÇÃO AO LANÇAMENTO	186
14.4	PROCEDIMENTO OU PROCESSO ADMINISTRATIVO?	187
14.5	INCORREÇÕES OU OMISSÕES NO LANÇAMENTO POR SIMPLES NOTIFICAÇÃO	187
14.6	PRAZO PARA DEFESA OU CONTESTAÇÃO AO LANÇAMENTO	188
14.7	ERRO DE CÁLCULO NO LANÇAMENTO	189
14.8	INTIMAÇÃO DA DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA	189
14.9	INTIMAÇÃO DA DECISÃO RELATIVA A LANÇAMENTO POR MEIO DE AIIM	191
14.10	INTIMAÇÃO DA DECISÃO RELATIVA A LANÇAMENTO POR NOTIFICAÇÃO	191
14.11	RECURSO ADMINISTRATIVO	192

15	DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS	193
15.1	DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	193
15.1.1	Da Aplicação Subsidiária da Legislação do ICMS.....	193
15.1.2	Veículo Arrendado por Empresa Locadora	195
15.1.3	O Índice de Atualização Monetária do Estado de São Paulo	195
15.1.4	Da Remissão do IPVA.....	196
15.2	DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS.....	197
16	CONSIDERAÇÕES FINAIS	199
	REFERÊNCIAS	205
	LEGISLAÇÃO CITADA	206
	ÍNDICE REMISSIVO	209